



Nota Informativa da DGAE

Mobilidade Estatutária – Pessoal Docente 2023-2024

Posição da Associação de Professores de Geografia

Na sequência da publicação da *Nota Informativa da DGAE, de 23 de janeiro de 2023, relativa à Mobilidade Estatutária – Pessoal Docente 2023-2024, consagrado no Estatuto da Carreira Docente para o exercício de funções de natureza transitória noutras instituições ao abrigo de um protocolo com o Ministério da Educação*, a Associação de Professores de Geografia (APROFGEO), relativamente à sua disciplina, emite as seguintes considerações:

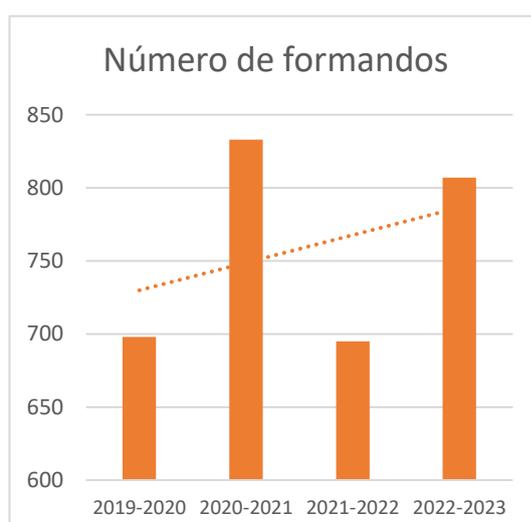
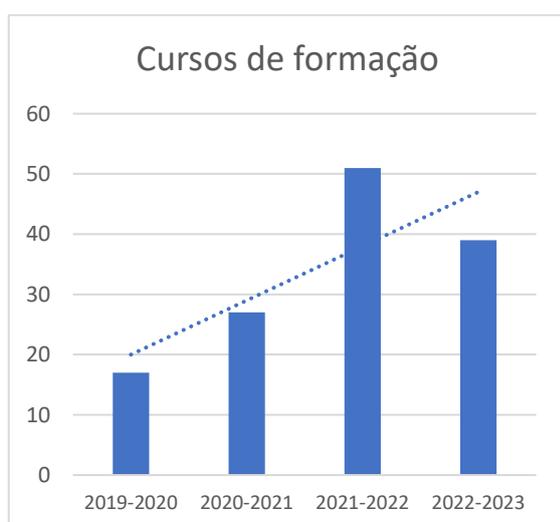
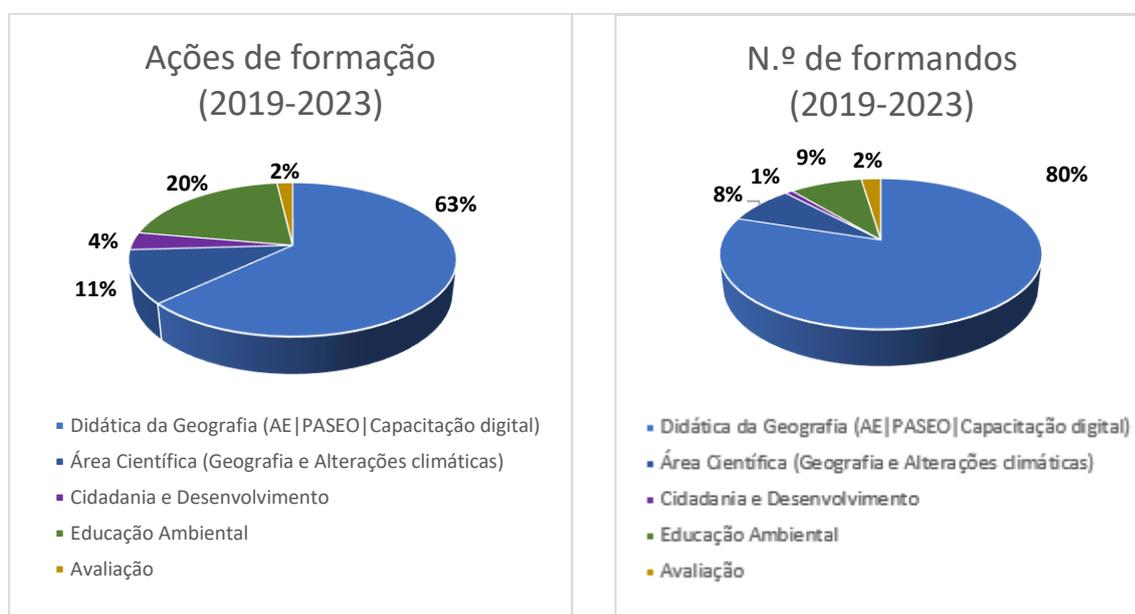
1. *“6.2.a As autorizações de propostas de mobilidade para as associações exclusivamente profissionais de professores estão limitadas a uma por associação promotora de Centro de Formação de Professores, para o exercício das funções de Diretor desse Centro de Formação.”*

Congratula-se com a possibilidade de validação da proposta de mobilidade estatutária de um/a professor/a para dirigir o Centro de Formação da Associação de Professores de Geografia – Professor Orlando Ribeiro (CFPOR) –, pois permite manter e dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na formação contínua dos docentes do Grupo 420 (ver gráficos abaixo), e não só, nomeadamente:

- I. na formação específica tanto ao nível científico como no da Didática da Geografia, predominantemente com metodologias de ensino e de aprendizagens ativas, de acordo com a operacionalização das Aprendizagens Essenciais e à luz do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, algumas em parceria com a ANEQEP e a DGAE;
- II. na capacitação digital e atualização científica de acordo com os objetivos traçados no âmbito do Plano de Ação para a Transição Digital e em consonância com os objetivos da Agenda 20/30;
- III. em temáticas como a educação ambiental em sentido lato e especificamente nas alterações climáticas, no desenvolvimento sustentável e na cidadania e

desenvolvimento, muitas delas em parceria com outras entidades e instituições, como a ABAE (através do Eco Escolas e dos Jovens Repórteres para o Ambiente - JRA, ClimAct), o GEOTA (com o Coastwatch), a ONGD VIDA (com o 1PPLANET4ALL), como o CIDAC e a Fundação Gonçalo Silveira.

Os gráficos que se seguem atestam os cursos ministrados nas áreas de formação contínua supracitadas nos últimos três anos. O crescente aumento do número de cursos de formação repercute não só a dinâmica como também o cuidado desta Associação na conversão da maioria dos seus cursos de formação para o formato eLearning no período pandémico. Acresce a isto o facto de as duas docentes em mobilidades são formadoras na Didática da Geografia.



2. *“6.2.c A mobilidade de docentes para projetos não pode implicar a colocação de docentes do AE/EnA em situação de mobilidade interna por ausência de componente letiva;*

d. A mobilidade de docentes para projetos está condicionada à existência de componente letiva a atribuir ao docente. (...)”

Esta premissa pode vir a penalizar todos os colegas envolvidos em projetos importantes quer para a sociedade quer para a Educação Geográfica (e.g. ABAE, entre muitos outros), meritoriamente reconhecidos em diferentes escolas e escalas geográficas, pois foram os seus mentores, os grandes responsáveis pela sua dimensão e dinamização que alcançaram (extravasa os AE/EnA e envolve as comunidades educativas).

3. *“9. As propostas de mobilidade de docentes dos grupos de recrutamento 230, 300, 410, 420, 510 e 550 só são autorizadas desde que seja manifesta, em função da formação científica, a impossibilidade das atividades a desenvolver serem atribuídas a docente de outro grupo.”*

Apesar de todos os esforços da APROFGEO, não são públicos os dados da carência de professores, desconhecendo-se para o caso concreto do Grupo 420, em que regiões geográficas incide o número de turmas que não tiveram professor de Geografia no ano letivo transato (entenda-se ausência anual e não temporária) e, quantas destas estavam associados a horários incompletos e reduzidos (entenda-se inferiores a oito horas) e, ainda, quantas destas estavam associadas a aposentação dos docentes ou por doença súbita dos docentes.

Acrescente-se que é igualmente vago o que se entende por “em função da formação científica”, porquanto, não é explícito quais as entidades – direções da escola, tutela, instituições de ensino superior, outras – que irão aferir a adequabilidade dessa formação.

A Associação de Professores de Geografia, desde 2020, tem manifestado a sua preocupação com a falta de professores, e, já elaborou e fez chegar ao Ministério da Educação, várias propostas concretas para minorar esta problemática, uma delas em conjunto com os Departamentos de Geografia, no âmbito do trabalho desenvolvido pela *FORCE pela valorização Geográfica*.

É urgente pensar, em parceria com as instituições governamentais, científicas e profissionais, no ensino da Geografia e da importância da disciplina na formação do cidadão, nas condições de trabalho destes professores de Geografia nas escolas e na sustentabilidade do corpo docente a curto, médio e longo prazo em parceria com as instituições governamentais, científicas e profissionais.

Assim, num cenário que se prevê gravoso para a futuro da Educação Geográfica, quer nas escolas no Ensino Básico e Secundário, quer nas Universidades, vimos alertar toda a comunidade educativa, particularmente, aqueles com responsabilidade na formação inicial de professores, para a necessidade de:

- I. aumentar o número de vagas nos Mestrados do Ensino de Geografia que estão em vigor e, se possível, ministrar estes cursos, simultaneamente, em regimes diurnos e pós-laborais;
- II. congregar esforços para o não encerramento dos Mestrados em Ensino da Geografia – veja-se o exemplo da FCSH da UNL, em 2022-2023, com a falta de professores de Geografia que se apregoa há já cinco anos de existir;
- III. reestruturar o atual modelo da formação inicial de professores bem como a abertura de novos percursos para a qualificação e profissionalização de professores de Geografia, de modo a atrair mais jovens geógrafos para a docência.

O documento que se apresenta será enviado para o Ministro da Educação, o Secretário de Estado da Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Presidente da Assembleia da República e os Líderes Parlamentares, todos os elementos da *TASK FORCE pela valorização Geográfica* e, ainda, para os sócios da nossa Associação.

03 de julho de 2023

A Presidente da Direção
Ana Cristina Câmara
Ana Cristina Câmara

Associação de Professores de Geografia
Associação de Professores de Geografia